



O PERFIL DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PICOS - PI: O GÊNERO E SUAS RETRIBUIÇÕES

Isnayane Thayse Ferreira¹
Orientador: Dr. Romildo De Castro Araújo²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer a relação entre gênero e retribuições entre gestoras das escolas urbanas da rede municipal de Picos-Piauí. O trabalho nasceu como parte de uma pesquisa realizada na disciplina de Fundamentos da Gestão Escolar, em 2022, no Curso de Pedagogia do CSHNB-UFPI, intitulada “A percepção dos gestores sobre a participação da comunidade na escola”. Na primeira parte da entrevista foi apresentado um questionário sociocultural que exigia a declaração de gênero e a faixa salarial da equipe gestora atuante na respectiva escola. Focado em dois tópicos, buscaremos compreender a relação entre gestão, gênero e as retribuições financeiras dos membros dessas equipes. Assim, apresentamos o seguinte problema: Qual o gênero predominante é a retribuição financeira das equipes gestoras das escolas municipais de Picos? A metodologia compõe-se de uma pesquisa de cunho exploratória, descritiva, vinculados ao método quantitativo. A análise dos dados se fundamentou em um referencial teórico-metodológico composto por Luk (2000; 2010), Paro (2016), Libâneo; Oliveira; Toschi (2012), entre outros. Realizou-se uma análise crítica no tocante a temática de gênero na função aliada ao valor das retribuições financeiras das gestões escolares. Constatou-se que a maioria das equipes é formada por profissionais da educação mulheres e que a retribuição pela função de diretora escolar é baixíssima, não respeitando os padrões salariais legalmente estabelecidos. Somado ao fato de que não existe escolha democrática, as funções são de profissionais contratados a título precário, externos ao quadro efetivo da rede municipal.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Gênero, Retribuição Financeira.

INTRODUÇÃO

Ao observarmos a atual e crescente tendência de reformas educacionais, ocorridas no Brasil, nas últimas décadas, percebemos que existe uma super idealização na educação, e tem se na gestão escolar um de seus pilares transformacionais. Tal entendimento se apresenta de forma hegemônica, assim, nessas reformas preconiza-se o início de uma mudança radical na forma de pensar a educação e implementação dos sistemas de gestão educacionais, voltadas principalmente para a instituição escolar e a busca pela sua autonomia.

Entretanto, debates relevantes ao que tange a temática de gênero na educação são escassos. A complexa questão da seleção de gestores por diferentes redes escolares, demanda

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvécio Nunes de Barros (CSHNB), em Picos- PI. Email: isnayaneferreira@ufpi.edu.br;

² Professor orientador: Doutor em Educação, Professor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, araujo_romildo@hotmail.com.



um exame atento. A ausência de uma norma nacional unificada para a seleção dos gestores pode perpetuar vieses de gênero nas escolhas. Isso clama por uma análise minuciosa das práticas de seleção adotadas pelas diversas redes, denotando como tais práticas podem estar contribuindo para a disparidade de gênero nas posições de liderança.

Mediante tais pontos acima salientados é necessário compreender um pouco mais sobre tal cenário. O presente trabalho visa compartilhar as percepções analíticas sobre os gestores de 14 escolas municipais da cidade de Picos-PI. Ao decorrer do mesmo, pretende-se demonstrar e trazer a debate o perfil gestor, mediante análise de dados socioculturais obtidos por meio do estudo e entrevistas realizadas com gestores do respectivo município.

É apropriado enfatizar que os gestores são responsáveis em marcam o ritmo das atividades escolares e criam uma atmosfera de aprendizado. Dentre essas atribuições tem a organizacional, que “refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso dos recursos (materiais, financeiros, intelectuais) e coordenar e avaliar o trabalho das pessoas, tendo em vista a consecução de objetivos” (LIBÂNEO, 2012, p. 436).

A situação das gestoras na rede municipal de Picos, notadamente a maioria das pessoas que se encontram à frente da condução das escolas da rede municipal, tem uma relação geral com a situação do gênero no mercado de trabalho na sociedade atual e das lutas históricas das mulheres pelos espaços sociais. Marcada pela diferença das funções e retribuições salariais obtidas entre homens e mulheres, sendo um marcador da discriminação de gênero na sociedade. Na rede municipal de Picos, a situação tem duas características básicas. No ensino infantil e fundamental tem-se a visão de que gestoras mulheres são mais adequadas para o trabalho com crianças. Existe a ausência de uma gestão democrática, onde a ideia de lugar de cuidado da escola ainda é muito forte. Por outro lado, ao não pertencerem ao quadro efetivo do Município, recebem salários mais baixos do que os profissionais efetivos que têm salário regulamentado pela Lei nº 11.738/08.

Em suma, o presente trabalho busca trazer a debate esse contexto conflitante, do gênero na gestão escolar, problema esclarecedor. Visto que, no cenário educacional, mais especificamente analisado neste artigo, a gestão escolar é predominante do gênero feminino na rede escolar municipal. No entanto, a desvalorização das gestoras, parte da desvalorização e precarização do magistério público, bastante na rede municipal, interfere diretamente no desenvolvimento dos processos de ensino desenvolvidos na escola.

Ademais, não podemos querer uma escola propagadora de mudança, se seus gestores são nitidamente precarizados pelo sistema de ensino. Partindo desse ponto, como devemos



almejar uma escola pública gratuita e de qualidade para todos e todas, bastante eficiente no alcance de suas finalidades, o principal nos falta, a responsabilidade com os atores que compõem a escola, entre eles, suas gestoras.

O artigo é formado por um tópico referente à metodologia na qual definimos o percurso do processo da pesquisa realizada. Em seguida, tratamos do referencial teórico, onde apresentamos a visão de vários autores sobre o tema da gestão. Por último, tratamos dos dados coletados analisando os mesmos baseados em deduções decorrentes da discussão do tópico anterior. Apresentamos neste trabalho uma primeira reflexão sobre o tema gênero na gestão escolar, ainda um pouco incipiente no meio acadêmico.

METODOLOGIA

Esta investigação assenta numa sólida fundamentação teórica para revelar as complexas interações entre liderança escolar, questões de gênero e compensação financeira nas equipes de gestão das escolas urbanas de Picos. Ao analisar as contribuições de autores renomados, podemos discernir claramente as causas profundas da disparidade salarial que afeta as gestoras, apresentando assim um argumento bem fundamentado e especializado.

A pesquisa foi exploratória e descritiva tendo uma visão mais ampla, podemos dizer que a construção do projeto é, inclusive, uma etapa da fase exploratória MINAYO (2001) Assim, a coleta de dados se deu por meio de questionário fechado, adotando o método quantitativo, que "[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual" (RICHARDSON 2012, p.70).

Com base em revisões de literatura, aliado a uma referência à gestão escolar, o estudo de campo foi realizado em 14 unidades escolares do município de Picos-PI, com um total de 18 entrevistas, correspondendo a 24,1% do total de escolas do município, nas quais foram coletados dados. Para Gil (2002), entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas.

Os sujeitos pesquisados foram diretor(a)s, coordenador(a)s e secretário(a)s, do respectivo município. Para a pesquisa foi utilizado um questionário com treze perguntas voltadas a apreender o perfil dos gestores das escolas municipais. O questionário estava organizado em duas partes. Na primeira, um perfil individual/sociocultural, como perguntas como a cor, idade e gênero; depois questões voltadas para o perfil profissional, que abordaram temas como salários, tempo de trabalho, formação e afins.

A análise dos dados foi realizada baseada em deduções dos dados coletados. Realizamos a tabulação numérica dos dados no Google Formulários, devido a praticidade em



obter os dados de maneira clara e quantificada com gráficos e tabelas, aliados a inúmeras possibilidades de exposição dos referidos. A análise desses dados deu-se a partir da elaboração de um quadro analítico, no qual foram disponibilizados os termos mais significativos, problematizado seus significados aliados a busca por teorias as quais os embasassem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção teórica desta pesquisa repousa sobre uma análise crítica e interconectada de autores cujas obras contribuem para a compreensão abrangente da gestão escolar, gênero e remuneração. A abordagem não apenas examina suas manifestações contemporâneas, mas também rastreia suas raízes históricas, que contribuem para embasar a investigação proposta.

Inaugurando essa investigação, Paro (1987) lança luz sobre o sistema hierárquico presente na gestão escolar e como o poder frequentemente se concentra nas mãos dos diretores. Todavia, a compreensão avança para além dessa perspectiva, reconhecendo que o poder ostentado pelo gestor não necessariamente se traduz em uma autonomia administrativa plena. A obra de Lück (2000) enriquece essa discussão ao apontar que a busca incessante pela autonomia frequentemente esbarra em barreiras impostas pelos mesmos órgãos que a fomentam. A dialética entre poder e autonomia emerge como um elemento crucial para entender as nuances da gestão educacional contemporânea.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) sublinham como o arcabouço cultural individual molda a cultura organizacional da instituição à qual o indivíduo pertence. Assim, as escolas não são meras projeções de suas lideranças, mas espelhos dos valores, crenças e subjetividades da comunidade educacional como um todo. Essa perspectiva teórica ilumina a influência inegável dos gestores na tessitura da cultura institucional.

No entanto, o estudo se aprofunda ainda mais adentrando na dimensão de gênero. A histórica desigualdade de gênero é revisitada à luz das ideias de Gadotti (1997), que destaca a importância da autonomia escolar e educacional na construção de uma sociedade crítica e reflexiva. Isso ecoa a reflexão de Almeida (1998), que discorre sobre a árdua trajetória das mulheres em busca de reconhecimento na profissão docente desde o século XIX. A autora observa como, apesar do aumento da presença feminina na educação, as mulheres foram frequentemente confinadas a papéis tradicionalmente femininos.

Tal situação indica historicamente a luta feminina por espaços sociais, visto que, no dia 15 de outubro de 1827, com a Lei das Primeiras Letras, determinou a criação de escolas primárias a cargo do Estado nas zonas mais populosas do país. No entanto, na prática, não



teve números expressivos de professoras, pois, havia ainda muitos impedimentos sociais. Somente em 1876, com a criação da ala feminina do seminário da Escola Normal da Glória, foi possível às mulheres se profissionalizarem no ensino. Mas ainda, o olhar sobre a profissional docente era distorcido, como enfatiza Almeida:

Com o maciço ingresso feminino nessa escola, apesar da profissão de professora ter assumido contornos de maternidade e esculpir-se nos moldes da formação de boas donas de casa e mães de família, esse foi o primeiro passo dado pelas mulheres no período a fim de adquirir alguma instrução e conseguir o ingresso numa profissão. (ALMEIDA, 1998, p. 23)

Os dados quantitativos fornecidos pelo INEP (2021) corroboram evidenciando que a maioria das posições de gestão escolar é ocupada por mulheres com formação superior. Isso ressoa com as considerações de Lück (2000), que defende a necessidade premente de formação contínua para que os gestores enfrentem as múltiplas competências exigidas por essa função multifacetada. Essa análise teórica reflete a luta persistente por igualdade de gênero, enraizada na história e perpetuada nas complexas dinâmicas contemporâneas da gestão escolar.

Eleonora Menicucci (2018), renomada pesquisadora na área de desigualdades de gênero, oferece uma análise perspicaz sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres em seu trabalho. Destaca que a assimetria salarial não se trata apenas de uma questão econômica, mas sim de um reflexo profundo das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam a desvalorização do trabalho feminino.

Ao desvendar a complexidade subjacente à diferença salarial, Menicucci (2018) ressalta que essa disparidade não pode ser simplificada como uma mera consequência de escolhas individuais ou de qualificações educacionais. Em vez disso, chama a atenção para a discriminação estrutural de gênero que permeia as estruturas profissionais, impedindo que as mulheres tenham acesso equitativo a posições de liderança e remuneração adequada. As ideias da autora iluminam como a batalha pela igualdade salarial transcende os limites da economia e mergulha nas raízes profundas das desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade.

Flávia Biroli (2002), trata da relação entre participação política das mulheres e a desvalorização do trabalho feminino, destaca como a sub-representação das mulheres em espaços de poder, como na política, contribui para a perpetuação da cultura que subestima o valor das contribuições femininas. Ao explorar essa conexão entre a participação política e a disparidade salarial. A autora ressalta que a luta por igualdade de gênero não pode ser eficazmente travada sem uma transformação profunda das estruturas sociais que marginalizam as mulheres.



Assim, as ideias de Biroli (2002), convidam a uma compreensão mais profunda das raízes culturais que sustentam a desvalorização do trabalho das mulheres, revelando a interconexão entre domínios aparentemente distintos, como a política e o mercado de trabalho. Nesse sentido, inspira uma abordagem interdisciplinar e holística para abordar a complexa teia de desigualdades de gênero que permeiam nossa sociedade.

Considerando o panorama social e educacional, constituído de forma não linear e decorrente de fatores inter-relacionados, a autora demonstra a fragilidade estrutural e cultural no que refere se a igualdade de fato, pois, é nítido que as mulheres são vistas como seres submissos e destinados a tarefas pré estabelecidas culturalmente pela sociedade. Portanto, é de extrema pertinência a discussão sobre a temáticas de gênero e remuneratórias, visto que, as mesmas andam de mãos dadas. Ou seja, nesta demanda temos as mulheres que sempre foram subjugadas a domésticas ou cuidadoras e do outro lado a desvalorização de toda uma categoria, tal que é nitidamente dominada pelo gênero feminino.

Ademais, para melhorar a compreensão apresentaremos os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio - INEP, que aponta, em dados de 2021, que “a maioria expressiva das pessoas que estão na posição de gestor escolar é de mulheres (80,7%) com formação superior (89,5%). Tais dados são relevantes, visto que, no Brasil, a entidade é responsável pela promoção de estudos, pesquisa e avaliação do sistema educacional.

Ademais, a intersecção entre gênero e retribuições financeiras é meticulosamente analisada à luz dos dados socioeconômicos. A disparidade salarial entre homens e mulheres na sociedade, em geral, ecoada nas diferenças salariais entre as séries em que as mulheres frequentemente lecionam nas escolas municipais, destaca-se como um ponto de atenção crucial. Essa perspectiva teórica convoca uma reflexão profunda sobre como as desigualdades de gênero se perpetuam em múltiplos aspectos da sociedade, lançando suas sombras também sobre o cenário educacional.

Levando em conta o processo histórico, aliados a dados apresentados deduzimos que as desigualdades estruturais são profundas, deixando nítido que a luta por igualdade e valorização profissional da categoria é cada vez mais necessária, bem como, deve-se ampliá-las e fortalecê-las, articulando-as com uma perspectiva de classe. Ainda, essas questões não afetam apenas as mulheres ou a educação, mas terá ramificações para a classe trabalhadora como um todo, visto que, uma educação fragilizada e sem valorização dos seus profissionais não têm como ser autônoma e educar para a liberdade.

Posterior a esses esclarecimentos, sobre esse tema, ainda cabe ressaltar que a escola sempre foi um reflexo direto das relações que existem na sociedade, então partindo desse



ponto, o autor Gadotti (1997), traz que, a autonomia da escola, da educação e da gestão, são pontos muito importantes para a construção de uma escola, crítica, reflexiva e cidadã. Pois, as práticas que acontecem na escola são uma formação para experiências e situações de vida em sociedade. Da mesma forma, não podemos desconectar a ideia de autonomia da liberdade e lutas por direitos, pois, elas andam de mãos dadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

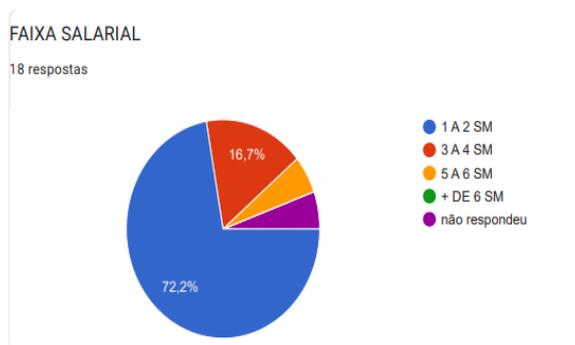
A pesquisa realizada apontou alguns cenários que necessitam de criteriosas observações. O primeiro refere-se à temática de gênero, pois se notou que a área é dominada pelas mulheres, pois, são, em grande parte, maioria entre estudantes e docentes, assim como lideram índices relacionados a cargos de gestão e à participação em avaliações conforme o INEP (2021). Está relacionada a uma questão de gênero, visto que a profissão docente é tida como algo mais voltado ao público feminino, pois, tal situação tem suas raízes do período colonial brasileiro, pois “a educação feminina restringia-se as boas maneiras e prendas domésticas como explica Ribeiro (2003).

Ainda, o INEP, demonstra que em relação ao progresso das mulheres no campo educacional e no ensino superior, é importante salientar que a partir do ano de 1991, as mulheres representam não só a maioria dos candidatos a concursos, mas também a maioria dos licenciados e a maior proporção de diplomados acadêmicos são femininos, em contraposição aos homens. (ÁVILA; PORTES, 2009)

Ainda, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a disparidade salarial entre gêneros, que vinha em queda até 2020, voltou a crescer no país, chegando a 22% no final de 2022, isso significa que uma brasileira ganha em média 78% do que um homem ganha.

Servindo ainda como fator confirmador da discrepância referente a disparidades de gênero em nosso país, o segundo dado que a pesquisa analisou foram os salários dos gestores, onde demonstrou que são relativamente baixos. Deles, 72% recebem de 1 a 2 salários mínimos, cerca de 1.300,00 a 2.300,00 reais. Só 16,7% dos gestores/as ganha de 3 a 4 salários mínimos, ou seja, de 3.900,00 à 5.600,00 reais. Os dados estão no gráfico a seguir.

Figura 1 - Gráfico representando a distribuição salarial dos gestores.

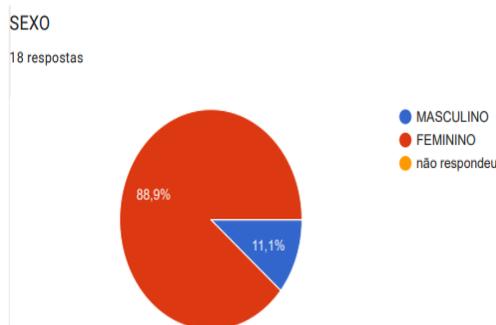


Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à remuneração dos gestores, é relevante ressaltar que os valores apresentados pelos mesmos estão em consonância com os valores base informados pelo estado por meio do site da SEDUC/PI - Secretaria de Estado da Educação - Piauí. O referido site indica uma faixa salarial média de R\$1.221 a R\$4.500, abrangendo uma carga horária de 20 a 40 horas semanais. Esses valores também refletem a realidade dos gestores pesquisados na cidade de Picos - PI, os quais possuem uma carga horária de 40 horas e experiência de um a dez anos.

Com os dados apresentados na Figura 2 indicam a predominância quase absoluta de mulheres ocupando cargos de gestão na rede municipal de educação de Picos, correspondendo a uma porcentagem de 88,9%. Já os homens representam apenas 11,1% das pessoas que estão à frente das gestões. Esse percentual assemelha-se à média nacional que, segundo dados do INEP é de 80,7% de mulheres atuando no setor educacional. Isso demonstra que a função de professora/gestora ainda é percebida como predominantemente feminina, perpetuando a ideia de que as mulheres são mais "adequadas" para tal função. Esses dados ressaltam o sexismo arraigado em nossa sociedade e apontam para a desvalorização da profissão docente no Brasil. Os dados constam no gráfico a seguir.

Figura 2 – Gráfico sobre a porcentagem de gestores por sexo biológico.



Fonte: Dados da pesquisa



O Censo Escolar 2020 do INEP apresenta os dados sobre os gestores das escolas do País. Destacam-se informações básicas sobre os diretores, tais como a formação, o tipo de contratação e a forma de acesso ao cargo. No Piauí, do total de 4.544 gestores declarados nas 4.351 escolas em 2020, 85,1% são diretores e 14,9% possuem outros cargos. Dos diretores, 77,9% são do sexo feminino, mas esse percentual varia nas redes federal (8,7%), estadual (74,0%), municipal (79,6%) e privada (76,5%).

Com base nos dados analisados é possível concluir que as situações discutidas estão interligadas, influenciadas pelo contexto histórico nacional que permeia a educação. É importante notar o aumento da representatividade feminina em posições de liderança no mercado de trabalho, mas esse avanço é acompanhado por uma notável desvalorização de gênero. Isso fica particularmente evidente quando observamos a educação brasileira, que confirma os dados obtidos na presente pesquisa, onde as mulheres são maioria e, ao mesmo tempo, enfrentam uma desvalorização e subvalorização significativas. Nesse sentido, a pesquisa revela como a desigualdade de gênero e as percepções estereotipadas têm impactos profundos na gestão escolar da rede municipal de Picos, expondo a necessidade de abordar essas questões para promover uma valorização genuína dos profissionais docentes, independentemente do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o propósito deste estudo voltado à análise do perfil gestor e suas retribuições nas escolas municipais da cidade de Picos - PI é crucial inicialmente destacar a importância de examinar a trajetória da mulher ao longo da história, suas batalhas coletivas e obstáculos na busca por seus espaços dentro da sociedade, buscando superar o estigma do pensamento patriarcal. Contudo, mesmo com os aparentes avanços, persistem desafios aos quais ainda demandam lutas. Como observado ao longo deste artigo, as barreiras impostas pelas normas de gênero nem sempre são óbvias, embora não possam ser negadas.

É perceptível que a ausência de representação masculina nos cargos de gestão está intrinsecamente associada à desvalorização da profissão. A persistência da noção distorcida de que o ato de educar é motivado principalmente pelo amor, mais eficazmente exercido pelo gênero feminino, tais pensamentos perpetuam essa desvalorização. Compreendemos, portanto, que a educação, especialmente em sua dimensão gestora, a valorização da mulher e sua liberdade enquanto figura influente na educação, são influenciadas pelo papel social e desenvolvimento dela, bem como sua emancipação de estruturas sociais desiguais.



Os dados coletados nesta pesquisa ressaltam que o avanço da educação feminina esteve intrinsecamente ligado à luta por reconhecimento, à persistente visão machista da educação e aos interesses do mercado capitalista. Isso expõe outro aspecto que é a exploração do trabalho feminino. É importante ressaltar que tais questionamentos acerca desta temática não são recentes, nem mesmo singulares; todavia, a cada dia se tornam mais cruciais e essenciais para moldar uma sociedade mais equitativa.

Por fim, essas reflexões emergem do nosso processo formativo acadêmico, onde identificamos um sistema educacional burocrático e segregador. Como educadores, somos chamados a buscar novas abordagens e ações no contexto escolar e em todos os seus procedimentos. Ademais, os estudos pertinentes à gestão, questões de gênero, políticas públicas educacionais, desvalorização e assuntos correlatos são inesgotáveis, dadas as complexidades destes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. **Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior**. Mal-Estar e Sociedade, ano II, n. 2, Barbacena, p. 91-106, jun. 2009. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/13>. Acesso em: 28/03/2023

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2021**. Brasília: MEC, 2022. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-dados-sobre-profissionais-da-educacao>. Acesso em 28/03/2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Padrão de vida e distribuição de rendimentos**. Censo de 2022. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 28/03/2023

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020 [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

BIROLI, Flávia. **"Gênero e Política: A Participação Política das Mulheres."** Editora da Universidade de Brasília, 2002.

GADOTTI, Moacir, 1941 - **Escola cidadã**/ Moacir Gadotti, 4.ed - São Paulo: Cortez, 1997. - (Coleção questões da nossa época; v. 24)



GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 18. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi - 10.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, p. 65-73, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. **Cadernos de pesquisa**, n. 60, p. 51-53, 1987.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.